

**Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar
Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência - Ananindeua/PA**

CNPJ nº 24.232.886/0134-98

Demonstrações Financeiras

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro - Em reais				Demonstração do resultado			
Ativo	Nota	2.016	2.015	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2.016	2.015
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.398.737	5.410.973	Fornecedores	9	3.312.606	5.499.056
Contas de receber	5	12.540.214	12.768.885	Honorários médicos	10	1.775.272	2.980.812
Estoques	6	2.614.868	1.783.555	Obrigações sociais e trabalhistas	11	9.447.539	7.393.444
Despesas Antecipadas		444.547	-	Obrigações fiscais	12	1.318.300	2.287.679
Outros ativos circulante		393.452	481.481	Partes relacionadas	13	3.656.074	2.409.029
		22.391.818	20.444.894	Estoques de terceiros	14	676.546	676.546
				Receitas diferidas	15	182.200	504.291
Não Circulante				Outros passivos circulantes		62.931	31.913
Realizável a longo prazo						20.431.468	21.782.770
Depósitos judiciais		34.333	-	Não Circulante			
Empréstimos de medicamentos	7	906.166	906.166	Provisão para descontinuidade	16	4.183.412	3.082.119
		940.499	906.166			4.183.412	3.082.119
Imobilizado	8	5.022.068	4.416.801	Patrimônio Líquido Negativo			
Intangível	8	39.306	25.376	Patrimônio social (negativo)		(3.513.829)	496.727
Subvenções a realizar	8	(4.509.926)	(4.442.177)	Superávit (déficit) do exercício		2.782.714	(4.010.556)
		551.448	-			(731.115)	(3.513.829)
		1.491.947	906.166	Total do Passivo		23.883.765	21.351.060
Total do Ativo		23.883.765	21.351.060				
Demonstração das mutações do patrimônio líquido negativo Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais				Demonstração do resultado abrangente			
		Patrimônio social (negativo)	Superávit (déficit) do exercício	Total			
Em 01 de Janeiro de 2.015		(581.428)	1.078.155	496.727			
Transferência		1.078.155	(1.078.155)	-			
Déficit do exercício		-	(4.010.556)	(4.010.556)			
Em 31 de Dezembro de 2.015		496.727	(4.010.556)	(3.513.829)			
Transferência		(4.010.556)	4.010.556	-			
Superávit do exercício		-	2.782.714	2.782.714			
Em 31 de Dezembro de 2.016		(3.513.829)	2.782.714	(731.115)			
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras				Demonstração do resultado abrangente			
Exercício findo em 31 de dezembro de 2.016 e 2.015 - Cifras apresentadas em reais.				Exercício findo em 31 de dezembro - Em Reais			
1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais: A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, de agora em diante denominada "a Entidade", é uma Entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica e que tem por finalidade, de acordo com seu estatuto social: I - Prestar assistência à saúde e serviços médico-hospitalares a quantos procurarem seus serviços, sem distinção de nacionalidade, raça, credo religioso, opinião política ou qualquer outra condição, tanto em regime de internação quanto ambulatorial. II - Prestar assistência social por meio de asilos, creches e outras atividades que ajudem a comunidade a se realizar. III - Desenvolver a pesquisa, tanto pura quanto aplicada, sobretudo em seus estabelecimentos, para favorecer o aperfeiçoamento das atividades da saúde. IV - Levantar a efeito atividades de saúde comunitária, com vistas à prevenção da doença, orientação sanitária e imunização. Ainda de acordo com o seu estatuto para atingir suas finalidades a Pró-Saúde desenvolverá as seguintes atividades: I - Desenvolver atividades educacionais na saúde, podendo fundar e manter escolas, faculdades e cursos em geral e franqueá-los a quem de direito os procurar, podendo inclusive conceder bolsas de estudo. II - Prestar serviços em administração hospitalar, na modalidade de assessoria e/ou consultoria técnicas, diagnóstico ou a administração propriamente dita, a Entidades congêneres ou não e também a estabelecimentos próprios ou de terceiros, públicos ou privados. O eventual resultado das atividades remuneradas deverá ser obrigatoriamente, aplicado no desenvolvimento de suas finalidades. A Pró-Saúde prestará assistência gratuita aos que não tiverem recursos, na proporção, ao menos, que preceitua a legislação em vigor, nos estabelecimentos próprios e naqueles eventualmente aceitos em comodato ou qualquer outra forma de contratação. b) Contrato de Gestão - Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência: A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar em 12 de dezembro de 2.012, celebrou com o Governo do Estado do Pará, contrato de gestão nº 046/2012 para o gerenciamento e execução de atividades e serviços de saúde a serem desenvolvidos no Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência. O Governo do Estado do Pará, através de sua Secretaria Especial de Estado de Proteção Social e da Secretaria Executiva de Estado de Saúde Pública, instituiu o Grupo Técnico de Controle e Avaliação da Gestão dos Hospitais Metropolitano e Regionais, que procederá ao acompanhamento da execução do contrato e a verificação periódica do desenvolvimento das atividades e resultados obtidos pela Organização Social com a aplicação dos recursos sob sua gestão, elaborando relatório circunstanciado, cuja cópia deverá ser, inclusive, encaminhada à Assembleia Legislativa do Estado do Pará. A verificação é relativa ao cumprimento das diretrizes e metas definidas no contrato e restringir-se-á aos resultados obtidos em sua execução, através dos indicadores de desempenho estabelecidos, em confronto com as metas pactuadas e com a economicidade no desenvolvimento das respectivas atividades. As etapas do processo de avaliação do Contrato de Gestão estão divididas da seguinte forma: I - Prestação de Serviços Hospitalares (Mapa de Produção); II - Indicadores de Qualidade; e III - Prestação de Contas. c) Plano de ação - Contrato de gestão: No exercício de 2016, em razão da repactuação do contrato de gestão, a unidade apurou superávit no valor de R\$ 2.782.714. Entretanto, ainda considerando insuficiente para cobrir os déficits apurados nos exercícios anteriores, que levaram o patrimônio líquido a ficar negativo. A Administração continuará implementando esforços em aplicar medidas de redução dos custos operacionais sem prejudicar os atendimentos hospitalares. 2. Base de Preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e às normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem finalidade de lucros. A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 17 de Fevereiro de 2017. 2.1 Base de Mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. 2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Entidade. 3. Resumo das Principais Práticas Contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. a) Estimativas contábeis: A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas inclui a provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando constituída, o valor residual do ativo imobilizado e a provisão para descontinuidade. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. b) Ativos circulantes e não circulantes: ● Caixa e equivalentes de caixa: Incluem valores em caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias e com risco insignificante de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. ● Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. São registradas pelo valor faturado, obedecendo ao regime contábil da competência. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montantes considerados suficientes pela Administração da Entidade para fazer face eventuais perdas na realização dos créditos, quando necessário. ● Estoques: Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não exceda o valor de realização e referem-se aos produtos de materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo geral, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e medicamentos. ● Imobilizado: Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e contempla a depreciação correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. ● Intangível: Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e contempla a amortização correspondente, que é calculada levando em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. c) Passivos circulantes e não circulantes: Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. d) Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que em recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. e) Receita diferida: As receitas diferidas de custeio ou de investimento são reconhecidas conforme NBC TG 07 - (Subvenção e Assistência Governamentais). Receita diferida - investimento: Inicialmente os recursos provenientes de subvenções para investimentos são registrados em contas contábeis do passivo não circulante, em contrapartida à entrada em disponibilidades vinculadas. Mediante a destinação dos recursos aos bens de capital, os valores aplicados são transferidos para conta de subvenção a realizar, redutora dos subgrupos de imobilizado ou intangível (conforme o caso). O reconhecimento da receita de subvenção de investimento no resultado ocorre proporcionalmente aos encargos de depreciação, amortização, ou de gastos atribuídos aos respectivos bens de capital em cada exercício. f) Patrimônio social: Composto pelos resultados obtidos ao longo do período de existência da Entidade, que não tem capital social, devido à sua natureza jurídica de associação, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. g) Receitas e despesas: O resultado das operações é apurado pelo regime de competência de exercício, tendo o seu valor apurado, incorporado ao patrimônio social. Receitas de subvenções custeio: As receitas auferidas por subvenções correspondem à cober-							
				Superávit (Déficit) do Exercício			
				2.782.714 (4.010.556)			
				Outros resultado abrangentes			
				-			
				Resultado Abrangente do Exercício			
				2.782.714 (4.010.556)			
				Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto			
				Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais			
				2.016			
				2.015			
				Fluxo de caixa das atividades operacionais			
				Superávit (déficit) do exercício			
				2.782.714 (4.010.556)			
				Ajustado por:			
				Depreciação e amortização			
				600.467 491.809			
				Valor residual de ativo imobilizado baixado			
				132.932 -			
				Realização de subvenções de investimento			
				(721.674) (491.312)			
				Superávit (déficit) do exercício ajustado			
				2.794.439 (4.010.059)			
				Variáveis nos ativos e passivos			
				Contas de receber de clientes			
				228.671 (1.895.019)			
				Estoques			
				(831.313) 262.627			
				Despesas Antecipadas			
				(444.547) -			
				Outros ativos circulante			
				88.029 (150.500)			
				Depósitos judiciais			
				(34.333) -			
				Empréstimos de medicamentos			
				- 753			
				Fornecedores			
				(2.186.450) 2.292.570			
				Honorários médicos			
				(1.205.540) (494.410)			
				Obrigações sociais e trabalhistas			
				2.054.095 981.349			
				Obrigações fiscais			
				(969.379) 1.554.532			
				Outros passivos circulantes			
				31.018 31.473			
				Provisão para descontinuidade			
				1.101.293 1.014.838			
				Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais			
				625.983 (411.846)			
				Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
				Aquisições de ativo imobilizado			
				(1.352.596) (520.381)			
				Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos			
				(1.352.596) (520.381)			
				Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
				Empréstimos tomados (pagos) - partes relacionadas			
				1.247.045 149.451			
				Subvenções governamentais para investimento			
				467.332 924.606			
				Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos			
				1.714.377 1.074.057			
				Aumento do caixa e equivalentes de caixa			
				987.764 141.830			
				Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa			
				No início do exercício			
				5.410.973 5.269.143			
				No fim do exercício			
				6.398.737 5.410.973			
				Aumento do caixa e equivalentes de caixa			
				987.764 141.830			

tura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados, e são reconhecidas no resultado do exercício proporcionalmente aos gastos incorridos. **Custos e despesas:** Os custos e despesas incorridos correspondem basicamente às despesas com pessoal, o consumo de materiais e medicamentos hospitalares, serviços médicos necessários ao funcionamento da unidade hospitalar, serviços de terceiros relacionados direta ou indiretamente ao funcionamento das operações hospitalares, despesas administrativas e os custos corporativos compartilhados. **h) Instrumentos financeiros:** ● **Ativos financeiros não derivativos:** A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Entidade tem os seguintes

continua